
*“Excellências tonificantes do meio” e o
“cadinho nacional”: o Brasil e sua história
para os intelectuais do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930)*

*Antônio Manoel Elíbio Júnior**

Resumo: O artigo analisa a produção intelectual dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), entre os anos de 1921 e 1930. Para os intelectuais como Aurélio Porto, Florêncio Abreu, Souza Docca e Lindolfo Collor, o Brasil carecia de um urgente processo de regeneração social, possível através de uma interpretação histórica equilibrada e racional. A crítica baseava-se na leitura do passado colonial brasileiro e buscava desvendar as verdadeiras “origens nacionais”. Assim, a premissa dos intelectuais do IHGRS partia da idéia de que o País precisava reconquistar seu caminho de civilização e progresso, mediante ação política consciente e patriótica.

Palavras-chave: Intelectuais. Política. Memória.

Abstract: This article analyses the intellectual production of the members of the Geographic and Historic Institute of Rio Grande do Sul (IHGRS), between the years of 1920 and 1930. According to intellectuals like Aurélio Porto, Florêncio Abreu, Souza Docca e Lindolfo Collor, Brazil was in need of an urgent process of social regeneration, possible only through a balanced and rational historic interpretation. The critics were based on readings of the Brazilian colonial past and it aimed at unveiling the true “national origins”. So, the premises of the GHIRGS intellectuals started from the idea that the country needed resume its way into civilization and progress, through a conscious and patriotic political action.

Key words: Intellectuals. Politics. Memory.

* Doutor em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professor na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). *E-mail:* antonio.elibio@unisul.br.

No relatório encaminhado ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), o primeiro-secretário do instituto, Leonardo Truda declarava-se preocupado pois que os “testemunhos do passado andam aí dispersos, em muitos casos ao abandono, em outros irremediavelmente” perdidos. Assim sendo, tornava-se urgente a participação do instituto para “salvar o que ainda resta, urgia ativar, coordenar e metodizar o estudo de toda a documentação histórica da nossa existência passada”. Nessa interpretação caberia à geografia “desenvolver o estudo do cenário magnífico em que a” história se “desenvolveu”.¹ Pata tal concepção, a natureza estava vinculada irreversivelmente à condição de cenário, porém capaz de explicar e delinear profundamente os limites da nação. Assim como o patrimônio documental, organizado e catalogado nos arquivos do acervo do IHGRS, a natureza fornecia *materiais* de geologia, botânica, paleontologia, para assegurar uma fiel representação do Brasil. Esses objetos, classificados e ordenados teriam, por si, a capacidade de visibilizar o passado “*histórico e natural da nação*”. (SOARES, 2002, p. 107).

As arguições do presidente Florêncio de Abreu antecipavam, segundo o secretário do IHGRS e diretor do Museu Júlio de Castilhos Eduardo Duarte, a participação do estado nas festividades do centenário da independência em 1922. A festa do centenário que se aproximava seria uma excepcional oportunidade para os intelectuais do IHGRS, nas palavras de Eduardo Duarte, para desfazer os erros, as inverdades, as falsas apreciações que “correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande”.² Certamente, as tais inverdades citadas pelo secretário do IHGRS diziam respeito ao *caráter separatista* do Rio Grande do Sul, motivo de grande preocupação dos intelectuais rio-grandenses nas primeiras décadas do século XX. Destacavam-se as comemorações do centenário em 1922 para atestar aos *compatriotas* que a história do Rio Grande do Sul estaria “estritamente vinculada aos principais fatos da história do Brasil e da civilização”.³ Assim, os “pontos controversos ou insuficientemente explicados” poderiam ser corrigidos através de uma obra “*genuinamente nacional*”. Dessas *inverdades* que ameaçavam a condição edificante do passado rio-grandense na história nacional, Eduardo Duarte interpelava “*as monstruosidades da Revista Brasil*”, onde “*levianamente*” foram editados trechos do “*Diário do Dr. André Rebouças*”. Segundo Duarte, os “crimes ali atribuídos aos rio-grandenses, a veemente e injusta linguagem com que ali se maream verdadeiras glórias nacionais” incorriam em um erro irresponsável. A “*incoerência*” da revista paulista

seria “*esmagada pelo juízo da história*”. Afinal, a manutenção da unidade e das fronteiras nacionais, segundo acepção do intelectual, seriam obra da “*nobre altivez*” rio-grandense.⁴

Na mesma sessão inaugural, o orador oficial Emílio Souza Docca retoma a questão “*inexplicável*” da inexistência de “*tão útil e patriótica instituição*”. Afirmava Souza Docca que semelhantes agremiações em outros estados têm sido “*e serão sempre o mais lisongeiro atestado da cultura e do civismo dos povos que as mantêm*”. Em consonância com a acepção de história que o presidente Florêncio de Abreu assinalava, para Souza Docca os estatutos, o regimento, a organização do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) modelavam o IHGRS, afinal, no “*seu gênero*”, foi “*a primeira da América e uma das principais do mundo*”. O atrelamento à instituição nacional buscava assegurar a continuidade da agremiação rio-grandense como “*valor inestimável*” à sociedade brasileira. Contando à época da fundação do IHGRS com 81 anos, o IHGB tornava-se para a “*pátria uma utilíssima instituição*”. e sua revista, um “*manancial precioso*” para os estudos de história e geografia do Brasil. (DOCCA, 1921, p. 127).

Para Souza Docca, quando da fundação do IHGB, toda a sociedade brasileira do período foi representada por seus “*fundadores*”: um magistrado, um padre e um soldado. No intuito de estabelecer uma linhagem entre as duas instituições, segundo Souza Docca, o Rio Grande do Sul teve como o “*primeiro presidente da benemérita associação o Visconde de São Leopoldo*”. A herança assim vinculada partia do “*magistrado*” intelectual que escreveu “*preciosos trabalhos históricos*” como os “*Anais da Província de São Pedro*”. A condição “*civilizatória*” do Rio Grande do Sul era atestada na afirmação de que teria sido o Visconde de São Leopoldo, presidente da Província, que teria fundado a casa de caridade em Porto Alegre, instalado a primeira tipografia no Rio Grande do Sul e criado os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Tais marcas de “*profundo nacionalismo*” rio-grandense, segundo o orador do IHGRS, elevou o nome do Brasil entre os povos “*mais cultos do mundo*”. (DOCCA, 1921, p. 127-129).

O culto da história: Lindolfo Collor e Aurélio Porto

O IHGRS buscava a elaboração de uma “*história geral*” do estado e sua participação histórica na formação do País. Mereciam destaque as

obras já publicadas sobre o estado, todavia, segundo Souza Docca, mesmo prestando relevantes serviços à pátria, o “*cunho didático*” desses trabalhos eram esforços individuais, obras de caráter pessoal e “*capítulos*” esparsos, que confrontavam com o indispensável trabalho conjugado e “*harmônico de muitos*”. (DOCCA, 1921, p. 29).

Dentre os sócios do IHGRS, Lindolfo Collor destacava-se como um dos mais atuantes intelectuais nas décadas de 20 e 30, participando ativamente na comissão de redação da revista oficial da instituição, elaborando pareceres técnicos sobre textos publicados pela Editora Livraria do Globo e apresentando nomes de novos sócios. Esse intelectual, em carta enviada ao presidente da República em 1921, narra a fundação do IHGRS. Na missiva, Collor expõe os “*desígnios comuns*” da agremiação e a importância de “*cultivar a história*”. Essa perspectiva historiográfica baseava-se, fundamentalmente, na doutrina positivista de Augusto Comte, como se refere o próprio intelectual. A “*observação*” “*positiva*” dos fatos que se sucedem no tempo, dizia Collor, devem conduzir as ações do presente. Para ele, a ordem social e a prosperidade futura pautavam-se não em uma improvisação desmesurada, sem nexos ou continuidade. Se assim o fosse, isso equivaleria a estabelecer o caos “em todas as conquistas do espírito humano”.⁵

Assim como as leis físicas que ordenam os astros celestiais, a história, para Collor, seria regida por leis universais. O intelectual afirmava na carta que a História baseada em leis tão imutáveis, como as da matemática, não era o “*simples relato empírico do predomínio de certos fatores ocasionais*”. Se faltava uma sistematização da história, como das “*ciências que a precedem na escala dos conhecimentos*”, caberia aos intelectuais do instituto esta “*nobre missão*”. O estudo historiográfico, para Collor, se destinava a uma dupla e “*convergente finalidade*”: preparar o futuro pelo conhecimento do passado e fixar leis que deveriam reger o “*gradual desenvolvimento da humanidade*”, tanto moral como material.⁶

Essas preocupações com o estudo da História e da Geografia apontadas pelo intelectual Lindolfo Collor, antecipavam as temáticas mais constantes na produção do IHGRS ao longo das décadas de 20 e 30. Nesse momento pareciam fundamentais na elaboração de um discurso que pudesse sustentar a Nação brasileira. Nota-se nesse período uma profunda preocupação na exaltação de certos aspectos da cultura e da sociedade brasileiras, buscando símbolos que fossem capazes de representar a Nação. Por sua vez, acreditando-se responsáveis pela condução da Nação, únicos capazes de salvar do “*esquecimento e do*

abandono” o passado obscuro e selar um mundo de conquistas e possibilidades futuras ao País, os intelectuais rio-grandenses nas décadas de 20 e 30 empreenderam um “trabalho coletivo” na recuperação “de uma secular vibração patriótica em face dos inimigos da Pátria”.⁷

O Brasil, com suas fronteiras continentais, ostentando um patrimônio territorial invejável aos demais países latino-americanos, deveria justificar a ocupação e manutenção do território. Tal dispositivo de “*legitimidade territorial*” não foi um problema exclusivo das primeiras décadas do século XX. Demétrio Magnoli, investigando a questão dos impasses diante da manutenção da unidade territorial na transição política de 1822, revelou a provisoriidade das soluções encontradas pelo Estado Imperial brasileiro e os embates intestinais dos conflitantes interesses das oligarquias dominantes do vasto território brasileiro. A fragilidade de manter em conjunto as províncias brasileiras residia na sua precária coesão, exigindo a concentração do poder político. Nos séculos XVIII e XIX, os inúmeros tratados assinados entre as Coroas ibéricas, pretendiam resolver a difícil questão dos limites de fronteiras, principalmente na região do Prata. A “*ocupação simbólica*” dava-se através dos documentos cartográficos, que funcionavam como instrumentos do empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais. (MAGNOLI, 2003, p. 293).

Em 1921 o intelectual Aurélio Porto publica na revista do IHGRS um extenso ensaio sobre a “*definitiva ocupação do território brasileiro*”. Para Porto, com “*trabalho perseverante*”, as riquezas incalculáveis que a “*terra poderá se transformar, fecundada pela agricultura*”, caracterizavam e definiam o povo e a prosperidade da nação. Essa predominância, “*tradição legada pelos antepassados*” e formada pelas “*condições mesológicas e étnicas*” é, para Porto, a essência do Rio Grande do Sul e da nação brasileira. A definitiva soberania sobre o território dava-se pela agricultura que “*funda raízes e compensa mais do que a hipotética lavra das minas*”. No Rio Grande do Sul, segundo o intelectual, não houve, tal qual em outras províncias, o “*grande sonho fantástico das minas de ouro ou das verdes esmeraldas*”. O ouro, para Porto, “*entorpecera o organismo da incipiente agricultura do país*”. (PORTO, 1921, p. 120).

A “*primazia na cultura das terras*”, afirmava Porto, preconizava o “*destino*” que foi “assinalado, historicamente, pelas condições excepcionabilíssimas do meio, pelas tradições”, e pela “laborosidade dos elementos vários que entraram na formação” do Rio Grande do Sul e do Brasil. O combatente discurso de Aurélio Porto, ainda que afirmasse a

herança bandeirante na formação do estado, diferenciava estes daqueles “*verdadeiramente nascidos na terra*”. Se os bandeirantes alargaram o território brasileiro, havia sido entre as “lutas cruentas em que nos vimos empenhados um século para constituir a Pátria, semeando a terra fertilizada pelo nosso sangue”, que garantiu a permanência do homem no solo pátrio. (PORTO, 1921, p. 120).

Semelhante interpretação, estudada por Maria Stella Bresciani, é lançada em 1926 no Manifesto Regionalista. Nesse texto Gilberto Freyre reivindicava para a Região Nordeste, Pernambuco em particular, que fosse o foco “*difusor da civilização autenticamente brasileira*”. A região, para Gilberto Freyre, seria o berço da política e da cultura nacionais, repositório fiel da brasilidade. Segundo Bresciani, nos 20, o intelectual registra, em seus escritos, particular aversão aos textos em que a figura do “*bandeirante*” aparece como elemento fundante da sociedade brasileira. O regime agrícola, assim como no texto de Aurélio Porto, para Gilberto Freyre, fixa o homem na terra, torna-o sedentário, funda civilização, em contraste com os bandeirantes nômades que expandem o território, mas não se fixam, não civilizam pela ordem. (BRESCIANI, 2002, p. 39-51).

Tais elaborações, em que os intelectuais procuravam uma definição do “*ser brasileiro*”, não possuíam significado adstrito, unívoco e homogêneo. Antes, como demonstra Maria Stella Bresciani, em vários intelectuais se fez “*presente uma disputa pela primazia de determinadas partes do Brasil*” e seu peso relativo na formação da “*identidade nacional*”. Para Bresciani, tais interpretações, em que as condições naturais do meio e as “*profundas diferenças*” com o continente europeu marcaram a empresa colonizadora, se aproximavam das considerações do historiador francês Alexis de Tocqueville. (BRESCIANI, 2002, p. 39).

O argumento mesológico foi amplamente utilizado por autores no século XIX com o fito de estabelecer o confronto entre dois meios geográficos e climáticos contrastantes, cuja força exerceria um efeito dramático na conformação dos homens. Em outros termos, para essa hipótese, as características naturais de um meio específico imprimem determinações físicas, psicológicas e morais no homem. (BRESCIANI, 2001, p. 403-429).

A geografia da nação: Souza Docca, Fernando Osório e Jorge Salis

Esses princípios epistemológicos podem ser identificados na conferência do intelectual Souza Docca, pronunciada em 1927, na Sociedade de Geographia no Rio de Janeiro. No discurso Docca afirmava que “*a vida do homem está em uma dependência estreita da vida dos rios*”. Não havia, na interpretação de Souza Docca, desencontro entre civilização e natureza. O argumento mesológico aparece aqui para explicar o “*desenvolvimento e expansão de nossas riquezas*”. Contrariando a tese de Paulo Prado, em que o autor se refere como a “*velha teoria das três raças*”, para Souza Docca as

serras ventiladas, ubertosas, nestes vales abrigados, acolhedores; nestes campos abertos, batidos de sol, a tristeza é uma nuvem errante, uma sombra estrangeira, pois que tudo, o meio, o clima, as influências ancestrais, a alimentação, os gêneros de vida, tudo nos predispõe e inclina para o trabalho, a saúde, a confiança o optimismo, a alegria. (1927, p. 36).

Rebatendo as críticas de Souza Docca, segundo as quais, na ordem física e de natureza moral não houve, no Rio Grande do Sul, lugar “*para desânimos e nostalgias*” resultantes das determinações climáticas, Fernando Osório, em conferência intitulada “*Traços eternos do Rio Grande*”, reafirma a tese do “*cadinho de raças*”. (MAGALHÃES, 1998, p. 53). Para Osório, o “*ânimo forte do bandeirante*” foi o agente econômico e o “*traço de união racial que criou o Brasil*”. Fernando Osório também critica o texto de Oliveira Vianna: *Populações meridionais do Brasil*, afirmando que se tratava de um artigo com “*interpretação materialista da história*”. O trabalho de Oliveira Vianna *Populações meridionais*, publicado em 1918, tratava da formação da nacionalidade para demonstrar, com bases científicas a heterogeneidade da população brasileira. Preocupado com os fatores “*etnológicos e antropológicos*”, interessava ao autor investigar as origens da aristocracia rural brasileira, com o objetivo de desvendar sua missão civilizadora no Brasil. Oliveira Vianna enfatiza os caracteres físicos do gaúcho, apontando para “o seu espírito desbravador e guerreiro e afirmando serem estas características hereditárias, o que legitimava seu papel de governante”. (DOCCA, 1927, p. 36).

Para Osório, seria injusta a interpretação de Oliveira Vianna que apontava a expansão bandeirante como uma empresa que rumou ao sul

“para arrebanhar gados e cavalhadas e prear índios”. Antes, para Fernando Osório, era o “sentimento brasileiro que lhes brotara na alma”, rasgando as fronteiras e garantindo a definitiva posse do território. Não há, no texto de Osório, qualquer indício da propalada incompatibilidade da empresa colonizadora às terras de natureza selvagem. O argumento de Fernando Osório propunha uma formação racial pautada no “povo selecionado em combate e acampamento”. O “alongamento das linhas nacionais”, o “instinto de nacionalidade”, a língua, “as tradições, os usos, os costumes comuns o ideal de raça”, tornou “espontânea a incorporação do índio” e ao “escravo negro que descobriu o ouro”, forjando, assim, uma “raça trabalhadora”.⁸ Foram, segundo Osório, das “excellencias tonificantes do meio” que se formou o “cadinho nacional”. (OSÓRIO, 1927, p. 562).

Mônica Pimenta Velloso, ao analisar o grupo Verde-Amarelo, afirma que a questão da relação regionalismo-nacionalismo se coloca, nos anos 20 e 30 com fundamental importância nos debates que se travam em torno da idéia de nação. Para o grupo Verde-Amarelo, somente o regionalismo seria capaz de dar sentido real no tempo e no espaço à constituição da pátria. O elemento definidor da nacionalidade, segundo os verde-amarelos, seria o bandeirante paulista. A perspectiva de análise colocava o regionalismo paulista como uma mediação necessária na construção da brasilidade. (VELLOSO, 1982, p. 34). Sidney Oliveira Pires Júnior, ao estudar a obra de Mário de Andrade, reafirma essa tese. Segundo ele, o intelectual modernista recorreu à simbologia do bandeirantismo para aludir à ampla autonomia do passado paulista. Essa recorrência ao bandeirante paulista, cujo “fruto teria sido o processo de formação da nação” visava a opor-se “à forma como estava ocorrendo o processo de centralização do governo”. (PIRES JÚNIOR, 2004, p. 82).

Jorge Salis, em ensaio publicado em 1930 sobre a “formação da mentalidade rio-grandense”, afirmava que a exploração das “novas terras conquistadas” marca, sobremaneira, “o desenfreamento do bandeirismo” que, “em relâmpagos de audácia no interior da terra virgem”, buscava riquezas e indígenas para escravizar. Denominando as bandeiras como um “delirante movimento coletivo”, “sonho alucinante das Gerais”, no Rio Grande do Sul, devido à “ausência de metais nobres e pedras preciosas”, não houve uma exploração revestida de crueldade. Para Salis, movidos por uma “sincera mentalidade cristã”, em um momento em que a Nação organizada e estável permitiu a fixação de famílias açorianas, foi possível a “libertação do território” e, com isso, assentar as bases da nacionalidade ameaçada pelos conquistadores castelhanos. (GOULART, 1930, p. 541).

As determinações “*mesológicas*”, substrato primordial na formação da “*raça brasileira*”, eram avaliadas como componentes que integravam “*o braço fecundador*” à “*mais opulenta natureza*”. Ainda que essas perspectivas, tributárias de teorias construídas a partir das categorias de raça e meio, estivessem presentes constantemente na produção intelectual do IHGRS, tal filiação esteve longe de resultar em representação unívoca a respeito das formas de se superar os entraves do desenvolvimento e afirmação da Nação. A crença na vitalidade de uma “*raça ainda em formação*” contrariava o pessimismo em relação aos destinos do País. Mesmo reconhecendo que havia um longo caminho a percorrer até alcançar um estágio de desenvolvimento industrial, a imaturidade da Nação não comprometeria a confiança no futuro.

As conseqüências da imigração “*que há mais de um século rasgam os flancos das serranias rio-grandenses e revolvem planícies e os vales*” transformavam, para essa concepção, “*sítios solitários em colônias prósperas de onde surge surpreendentes cidades cultas*”. “As vias férreas bracejando a rumos vários, a maquinaria de toda espécie impelindo para frente indústrias incipientes” sintetizavam a esperança em reverter a situação de estagnação econômica do período. A miscigenação aqui é vista como um traçado linear, onde a “*decisiva influência que o português teve nas fundações originais da antiga capitania*” fora completada pela “*ação colonizadora*” dos alemães que, por sua vez, modificaram o “*curso que os elementos constitutivos da raça primitiva*” haviam definido para o futuro do Brasil. (GOULART, 1930, p. 542).

A afirmativa da posse do território nacional não envolvia somente o trabalho na lavoura que, segundo o intelectual Aurélio Porto, teria garantido a soberania da nação. Indo ao encontro das “*aspirações nacionais*”, o “*patriotismo riograndense*” empenhou-se em “*vingar os velhos agravos cometidos pelos espanhóis*”, expulsando da zona das Missões a posse castelhana. Essa tese, defendida pelo intelectual Aurélio Porto, publicada na Revista do IHGRS, em 1921, assevera a mobilização dos jovens nascidos na província, que “*traçaram com seu sangue as raias da terra natal*”. A verdade histórica que garantiria o esforço conquistador das fronteiras meridionais do País seria revelada, pois “*valiosos documentos*” estavam sendo catalogados no Arquivo Público do Estado. A vasta Província das Missões, integrada ao território brasileiro no começo do século XIX, era a prova contundente de defesa de Pátria. (PORTO, 1921, p. 817).

Ainda que para os intelectuais do IHGRS houvesse uma história nacional por ser escrita, a “*elaboração da história e da geografia do Rio Grande do Sul*” estaria assegurada nas lutas “*heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade*”.

O caráter nacional da língua: Carlos Teschauer

Na mesma época em que Aurélio Porto postulava a brasilidade rio-grandense representada no período “*das conquistas pelo território*”, outras interpretações oscilavam atestando opiniões contrastantes expressas por aquele intelectual. As investigações “*sobre as origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul*” foram obstinadamente perscrutadas pela intelectualidade rio-grandense nos anos 20 e 30. Para Teschauer, por algum tempo “*a atual região Riograndense figurava como parte das colônias espanholas ou do Paraguai*”, sendo essa a primeira existência do estado. Para assegurar isenção na interpretação dos “*fatos históricos*” e chegar ao conhecimento das origens do Rio Grande do Sul, Teschauer acreditava encontrar nos mapas a “*verdade histórica*”. O autor, ainda que reconhecendo a influência espanhola “*que imprimiu algum cunho ou fisionomia*” na formação do estado, não o reduz a coadjuvante no estabelecimento das fronteiras da Nação. A questão suscitada pelo autor diz respeito à tardia exploração e ao cultivo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tratava-se de enfatizar que a “*retardação*” não impediu ao estado estar, naquele momento, ao lado dos outros mais importantes, devido não somente à posição estratégica, como também por “*seu valor e importância intrínseca e absoluta*”. Teschauer se nega, contudo, a aceitar a tardia entrada do Rio Grande do Sul “*como parte orgânica no todo do Brasil*”, como um argumento sem qualquer fundamento. Critica as interpretações nas quais os determinantes naturais se impuseram como obstáculo na fundação de colônias no Rio Grande do Sul, principalmente aqueles relacionados aos riscos de ancoragem no Litoral costeiro. Como parcial e insuficiente, essas interpelações derivadas, sobretudo, do texto do Visconde de São Leopoldo, não seriam coerentes; havia para o intelectual “*outros meios e caminhos de acesso*” às vastas planícies do território. Tomando os traços dos mapas dos séculos XVII e XVIII como instrumento de análise, Teschauer afirmava que o impedimento maior da colonização era a “*posição deste país e a circunstância que o fez por tanto tempo pomo de*

discórdia entre as duas nações que repartiram entre si a América do Sul”. (TESCHAUER, 1921, p. 237).

A insistência na importância em revelar as “*origens do Estado do Rio Grande do Sul*” ultrapassava a descrição das povoações, da eloquência sobre os “*renhidos combates na fronteira*”, da catalogação dos rios e nomeação das montanhas. O “*idioma falado no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul*”, sintetizava, segundo Teschauer, como “*o único distintivo infalsificável do caráter nacional*”. Tal distintivo procurava estabelecer através da língua falada *pele povo*, divergências da *língua portuguesa* com o idioma nacional. O ambiente, reconhecido e em parte explicitado como lugar estratégico na formação da cultura brasileira, para esta interpretação, transformou o idioma “*transferido da Europa, em língua própria do povo*”. A transição entre os dois continentes, assim como transformara o viço das plantas, as penas de alguns animais, alterara a língua portuguesa.⁹ Chamando esse processo de “*aclimação*”, Teschauer acreditava que aqueles nascidos aqui logo se diferenciavam dos seus pais. Listando as “*discrepâncias*” dos dois idiomas, “*português*” e “*brasileiro*”, o intelectual assentava as mudanças “*conforme as zonas como nas tropicais que se abrandam ou nas frias que se enrijecem*”. Teschauer é enfático na sua afirmação:

A mesma língua, pois falada em dois meios e climas diferentes ou transplantada para região diversa naturalmente há de distanciar-se da sua origem pelo correr do tempo. Assim o imigrante dos Açores que manejava o batel de pescador o trocou pelo cavalo do Rio Grande, entrava em uma nova esfera de ocupações e idéias e conseqüentemente formava ou encontrava um opulento rol de vocábulos relativos a esse companheiro de trabalho no meio que o rodeava o distinguia dos costumes europeus. (1921, p. 265).

Já no fim do século XIX, a idéia de que a língua nacional expressa a própria nação é tomada como responsável pela perfeita acomodação dos três elementos, com a vantagem de fornecer um modelo em que a herança cultural européia era melhorada e levava à “*dissipação dos problemas civilizatórios que a miscigenação étnica criara*”. (RODRIGUES, 2002, p. 25). As “*investigações sobre o idioma fallado no Brasil*” nas primeiras duas décadas do século XX, deveriam ser um empreendimento nacional. Para o intelectual Teschauer “*conhecer a história de um povo*” é conhecer a “*fundo a sua língua e até a ethnologia della*”. A língua, para essa

interpretação, é tomada como um documento que atestaria o “distintivo infalsificável” do “caracter nacional”.¹⁰

Tomando a fotografia como fiel representação da realidade, Teschauer procurou, em seu estudo, apresentar um “*retrato do Povo Brasileiro*” assim como se “*reflecte na chapa escura da história*”. A autonomia lingüística brasileira, para esse autor, dar-se-ia a partir de um processo através do qual o “portuguez do Brasil” seria modificado pelo “tupy e ao passo que os annos se foram accumulando, essa modificação há de cada vez ser mais sensível, porque os germens modificativos são, por assim dizer, de força própria e continuam a operar”. (TESCHAUER, 1921, p. 251). As bases sobre as quais se assentavam as diferenças lingüísticas entre Brasil e Portugal, formavam a nacionalidade pois, para esta acepção, povo e “língua nascem juntos”. (RODRIGUES, 2002, p.145). Os argumentos de Teschauer, ao estabelecer as diferenças entre o “*hodierno idioma de Portugal e o do Brasil*”, caminhavam em três vertentes baseadas em “*aspectos do costume*”. A pronúncia, o vocabulário e a linguagem forneceriam a “*idéia do gênio da língua geral*”.

O tom de exaltação da língua nacional não se limitava às marcações e diferenças lexicais. O recurso diferenciador vai além, pois não nega a influência de Portugal na formação lingüística brasileira, mas, para o autor, os trópicos “*abrandaram*” os sons dissonantes “*e fortemente chiantes*” do português da metrópole. A língua para Teschauer, além de representar o temperamento brando e macio do povo brasileiro, estava submetida a leis próprias, tornando-se assim um organismo cuja evolução se dava em um ritmo desigual nos dois países; a maciez na pronúncia implicava e resultava na formação dos falantes do “*brasileiro*”. A mutabilidade do idioma é interpretada, especialmente, devido à percepção de que a natureza da língua se chocava com seu uso diário. Tal diagnóstico não levou à indignação ou mesmo a um temor pela decadência do idioma. Diferentemente da corrente analisada por João P. C. Rodrigues, que observa com veemente preocupação a transformação da língua, em fins do século XIX, Teschauer percebia a impossibilidade da imutabilidade do idioma português.¹¹

Essa procura em singularizar a nação brasileira e averiguar a contribuição de “*espécimes regionais*” ao vocabulário da língua nacional marcou um intenso debate na afirmação da nacionalidade brasileira. O que estava em jogo nas duas primeiras décadas do século XX era o direito à existência não só de uma “*prosódia brasileira*”, mas também de um

sentir próprio, em conformidade com a “*nossa raça e consubstanciada em uma produção cultural autóctone*”. As variações no léxico, listadas no estudo de Teschauer, procuravam frisar a fusão da “*geografia física com suas montanhas, rios, sua fauna e flora*”, com a língua do imigrante europeu. Tania Regina De Luca afirma que, em contrapartida a um grupo que procurava cerrar fileiras em torno do português, combatendo os efeitos deletérios provocados pela presença, no corpo da Nação, de elementos estranhos que perturbavam a coesão e a integridade da língua, havia um outro grupo que se declarava insatisfeito com o compromisso lexical herdado do período colonial. (DE LUCA, 1999, p. 244). Para Teschauer o contato com hispano-americanos e com o vocabulário indígena acrescentou um “*influxo vivo*” à língua brasileira. As formas “gramaticais européias, posto que corretas, porém rijas e estreitas demais, não conseguiram encarcerar o espírito da língua americana”. (TESCHAUER, 1921, p. 256).

A tese defendida por Teschauer compreendia um ajuste da língua portuguesa aos fatores climáticos. Com efeito, o intelectual não perdia de vista o horizonte europeu de civilização, pois não negava as referências européias em sua indagação sobre a especificidade da formação nacional. Antes, acreditava na dificuldade em “*sair e elevar-se sobre as formas que regem a nossa educação*” e regulam secularmente as ciências e as artes. O epicentro da questão suscitada pelo intelectual residia na análise das transformações lingüísticas operadas nos trópicos, suas origens e conseqüências práticas; afinal, o “*português da América uma língua já assaz*” é diferente do “português da Europa, e por aí mais do que pelas instituições políticas, que o Brasil e as repúblicas espanholas vão afirmando sua individualidade, sua independência, sua nacionalidade”. (TESCHAUER, 1921, p. 295-306).

Segundo Teschauer, a posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava um papel estratégico, sendo encarada como sinal de afirmação da nacionalidade. O texto do sócio do IHGRS recorria a princípios inspirados na biologia evolucionista, com intuito de justificar o processo de diferenciação e adaptação do colonizador português. O trabalho de Teschauer vinha engrossar a vertente comprometida com a construção de um passado rio-grandense, considerando-o único a harmonizar-se com as “*fulgurantes realizações do presente*”. O português, nesse sentido, havia se tornado o melhor colonizador, pois foi capaz de se adaptar às condições de um país tropical.

Nessa medida, a auto-afirmação da brasilidade rio-grandense e da nacionalidade brasileira percorria o caminho da contestação tanto da herança recebida de Portugal quanto das contribuições hispânicas no período da ocupação espanhola no Rio Grande do Sul. Visando, assim, a destacar as peculiaridades em sua exposição de “*vocábulos brasileiros*”, o intelectual trazia, com tenacidade, uma preocupação comum presente na produção dos intelectuais nos anos 20.

Essa tese nacionalista, encampada pelos intelectuais, reforçava a autoridade do Estado e do chefe como construtores da nacionalidade, sobretudo para os que consideravam crucial ultrapassar definitivamente a crise da liberal democracia. O nacionalismo, nesses termos, baseava-se na idéia de que todos os membros de uma sociedade identificavam-se a partir de um princípio e destino comuns. Essa engrenagem envidava o pressuposto de que os traços da coletividade se originavam no passado e, ao serem identificados no presente, asseguravam um futuro comum. Nessa lógica, o Estado teria papel proeminente, pois deveria sustentar e administrar a ordem social para o bem comum.

Os limites da nação: Geraldo Pauwels

Em 1923, a revista do IHGRS publica um estudo de “*alto valor científico*” sobre a “*superfície do Brasil*”. O texto, originalmente publicado em 1907 como relatório do “*Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo*”, pelo Padre Geraldo J. Pauwels, afirmava que um “*dos fatores da grandeza duma nação*” era a “*extensão de seu território*”. Para o estudioso Geraldo J. Pauwels, o Brasil em nada “*deveria invejar*” quanto a “*riqueza territorial*”. Na acepção do intelectual, a extensão do território seria o equivalente ao nível de desenvolvimento de um país.¹² Porém o extenso território brasileiro estaria ainda à “*espera de expansão*”, pois a “*viação, agricultura e colonização prendem-se intimamente à extensão do território, e é em comparação com ela que se lhes medem os progressos*”. (PAUWELS, 1923, p. 313). Desta forma, a avaliação do grau de desenvolvimento do país dependeria, essencialmente, de recenseamentos periódicos da “*exata superfície*” territorial. Somados os “*valores territoriais*” de todos os estados e do distrito federal, Pauwels acreditava ser possível encontrar o “*quinhão que cabe ao Brasil dos quase 510 milhões de Km, calculados*” da superfície do planeta. (PAUWELS, 1923, p. 317).

A extensão do território ganhava posição destacada nos textos publicados na Revista do IHGRS. A Geografia, como “*ciência do território*”, possibilitava aos intelectuais do IHGRS enquadrar o passado como “*um processo constante de conquistas de uma vida aventurosa*”. (PORTO, 1921, p. 8). Em outro estudo publicado em 1925, Pauwels desenvolve os conceitos de limite e fronteira. O extenso artigo respondia às crescentes preocupações em justificar o domínio nacional sobre a vastidão territorial. Para Pauwels a soberania de um Estado estaria calcada, além de no “*direito de propriedade*”, na “*união política que se traduz pelo participar das mesmas leis, das mesmas instituições políticas e judiciárias*” e que resultam numa “*inconfundível comunhão de idéias*”, criando características de cultura e civilização singulares. A integridade do território ensejava a postulação de uma crítica à expansão voraz das potências imperialistas nas primeiras décadas do século XX. Para o intelectual Geraldo J. Pauwels, o expansionismo ainda que justifique uma “*tendência natural do homem de aumentar suas posses*” ou mesmo em função da “*desproporção entre o crescimento duma população e o território*”, seria um crime, uma “*desgraça*” para as soberanias nacionais. Em nome da unidade e hegemonia da nação, a análise de Pauwels apresentava “*a conquista do território*” enquanto uma categoria naturalizada, ou seja, “*o povo ocupador*” apossou-se do território resultante de uma “*evolução histórica*”. (PAUWELS, 1923, p. 65).

De acordo com Pauwels, a definição dos limites do Brasil deu-se através dos “*primeiros estabelecimentos portugueses e espanhóis, dispersos e perdidos na vastidão do novo continente*”. Dessa forma, segundo essa interpretação, era inevitável que “*as ondas portuguesas embatessem com castelhanas*”, como um mecanismo ontológico que vai originar na “*atualidade os limites do herdeiro da velha Lusitânia, o Brasil*”. Esse princípio seria corroborado pelos “*limites naturais*”; os acidentes geográficos, a topografia, a hidrografia deveriam servir para demarcar e definir “*convenientemente o país*”, assegurando a formação de um todo “*geológico, econômico e cultural*”. (PAUWELS, 1923, p. 67-69).

Ao apresentar um conjunto coerente e verossímil dos limites da soberania territorial do País e estabelecida enfaticamente a moldura das fronteiras, o intelectual Pauwels afirmava que a Nação “*é um laço de ligação moral*” não sendo possível a imposição forçada de outros países “*para o prolongamento de seus territórios*”. A produção do espaço nacional reclamava por uma fronteira “*real, a saber uma faixa de terras mais ou menos larga, correndo ao longo do limite, ou antes delimitada num lado por*

ele”, cuja função tornava-se indispensável “*ao organismo social inteiro*” na defesa da nacionalidade. (PAUWELS, 1923, p. 70-90).

Uma outra vertente explicativa sobre os limites territoriais seria, segundo Pauwels, traçada conforme certos critérios políticos, militares ou também econômicos. Nesse sentido, essas características demonstravam caráter arbitrário “*por violentar as vezes a situação real das nações limítrofes, e irem contra toda a evolução histórica, não correspondendo de modo algum a uma necessidade interna*”. Daí a consternação do intelectual, alertando quanto à necessidade de empreender o estudo da Geografia, baseando-se nos resultados de explorações a campo, na organização dos mapas, através de um “*trabalho metódico*”. Do contrário, advertia Pauwels, “*reinará a anarquia nos anais da cartografia nacional*”. (PAUWELS, 1923, p. 90).

Ao designar o Brasil como herdeiro da *Lusitânia*, o intelectual corroborava com a inclinação conceitual que atribuía à fundação do Rio Grande do Sul, a partir de uma “*convicção da soberania portuguesa*” o papel de firmar seu domínio no Sul do País. Em 1933, Borges Fortes afirmava que dessa doutrina histórica teria resultado a ação política que “*trouxe como conseqüência necessária o povoamento do Continente de São Pedro do Sul*”. Todavia, a fundação da colônia não seria obra exclusiva de um empreendimento português, pois “*devotados lagunistas*” radicaram “*para sempre a ocupação das virgens terras apertadas entre o Guaíba, a Serra e o Atlântico*”.¹³

Os intelectuais sócios do IHGRS apresentavam outras versões para a composição da nacionalidade brasileira. Ao pretender afastar qualquer dúvida que pairasse sobre o Estado, quanto à comunhão com a pátria e o espírito de brasilidade, o passado colonial, a miscigenação européia, a manutenção das fronteiras, as condições naturais tornavam-se artifícios constantemente aclamados nas páginas da Revista do IHGRS.¹⁴ O artigo do intelectual Borges Fortes afirmava que a “*reação a armada de Espanha contra as pretensões portuguesas*” fez despertar do sentimento da “*nacionalidade brasileira, que se levantou para repelir o atentado dos castelhanos e a incorporação do Continente riograndense à nacionalidade latente*”. Para Borges Fortes a metrópole portuguesa tinha “*cuidados assíduos sobre seus domínios no sul do Brasil*”, *garantindo* dessa forma, uma “*corrente contínua na marcha da civilização lusitana em direção ao Prata*”. (FORTES, 1933, p. 4-7).

Para os intelectuais paulistas, São Paulo desfrutava da supremacia de expandir as fronteiras do Brasil. Os estudos publicados na *Revista Brasil*, norteados pela busca da “*verdade histórica*” a partir do cientificismo, apresentavam o bandeirante paulista como modelo “*exemplar que enfeixava as virtudes*” heróicas no caminho da fundação do Brasil.¹⁵

Acreditando-se “*lídimos continuadores*” dos feitos “*gloriosos do bandeirantismo*”, intelectuais como Rocha Pombo, Afonso Taunay, Roquete Pinto e Basílio de Magalhães, consideravam que a construção da nacionalidade brasileira seria obra singular do bandeirante paulista. Dir-se-ia, ainda, que o sacrifício dos paulistas, que “*primeiro criaram a nação*” num esforço coletivo, justificava a supremacia econômica e as pretensões da elite paulista de conduzir politicamente o Brasil. Tratava-se de uma preocupação, daquele momento, em instrumentalizar uma ação regeneradora da Nação, conhecendo o espaço nacional, mapeando suas riquezas e assim consubstanciando a proeminência de São Paulo no futuro do País. (DE LUCA, 1999, p. 104-122).

Embora os textos publicados na Revista do IHGRS fossem matizados realçando questões relacionadas à geografia, à língua e à história, os intelectuais compartilhavam de uma preocupação comum, a construção da nacionalidade. Esse exercício da escrita da história revela as percepções desses “homens de letras” que acreditavam na missão redentora da História. Nesse sentido, portanto, ao postularem para si esse papel de intérpretes da brasilidade, eles procuravam mostrar os “caminhos do desenvolvimento” nacional e da “verdadeira alma brasileira”.

Notas

¹ Relatório apresentado ao presidente do IHGRS, com 4/8/1921, p. 522.

² Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19/11/1921.

³ O Congresso Internacional de História da América, que se realizaria no Rio de Janeiro por ocasião das festividades do Centenário da Independência, teve restrita participação do IHGRS. De acordo com o presidente da agremiação Florêncio de Abreu, devido “*ao pequeno prazo de que dispõe o Instituto, não*” seria possível constituir uma comissão regional que se “*incumba de organizar teses especiais sobre a história do Rio Grande do Sul, de modo a serem distribuídos pelos sócios e explanadas até março de 1922*”. A solução encontrada pelo presidente Abreu, dentro das cláusulas do instituto, foi aprovar a elaboração “*abreviada de teses para ser apresentadas ao Congresso*”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*, p. 513, III trimestre, 1921.

⁴ Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19/11/1921, p. 133.

⁵ COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LC pi 00.00.00/6 (Textual) CPDOC-FGV.

⁶ COLLOR, op. cit., p. 2.

⁷ COLLOR, op. cit., p. 3.

⁸ Para Marionilde Brepohl de Magalhães, será no terreno das Ciências Sociais que os intelectuais do período imperial e início da República irão refletir sobre a sociedade brasileira e os problemas

que ela enfrentava para se constituir numa nação civilizada, ainda que com divergentes interpretações sobre a miscigenação. Na análise de Marionilde Brepohl de Magalhães, a autora assevera que entre os intelectuais do período, Sylvio Romero dedicou-se amplamente à questão da imigração alemã e aos riscos que comprometiam a formação da nacionalidade. Romero, a partir das proposições do intelectual francês Gobineau, relaborou a teoria das desigualdades das raças, interpretando a cultura brasileira como um reflexo do processo de miscigenação, resultado da fusão das três raças fundamentais, a branca, a negra e a vermelha. Diferente de Oliveira Vianna, segundo Marionilde Brepohl, Sylvio Romero “*relevo a herança biológica das raças entendidas como inferiores em favor do enriquecimento que propiciou a fusão de diversas culturas num mesmo país*”. Romero identificava o Sul do Brasil, como área extensamente colonizada por imigrantes alemães e italianos, enquanto no Sudeste e Nordeste o elemento português era predominante. Essa associação e identificação do Sul do País como região de influência estrangeira causava um mal-estar intrínseco, pelo risco de se perder a unidade nacional. Nesse sentido, entre os anos 20 e 30, sobreleva-se a preocupação dos intelectuais em identificar o estado como integrado à unidade nacional, indiviso e federado aos mesmos princípios patrióticos e nacionalistas. (MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp; Fapesp, 1998. p. 56.

⁹ João Paulo Rodrigues, estudando a relação entre os nacionalismos de meados do século XIX e princípios do XX, problematizou a forma como se desenvolveu, no Brasil, uma reflexão sobre as línguas presentes na História brasileira. Segundo João Paulo Rodrigues, para o pensamento brasileiro daquele período a sociedade era também definida através das línguas e as línguas através da sociedade. Ao discordar de uma abordagem que toma os nacionalismos como expressão natural de sentimentos coletivos, Rodrigues, citando Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, afirma que várias camadas sociais de determinados países europeus sentiram necessidade de criar uma ideologia que tornasse natural a idéia de que a base de uma sociedade moderna, próspera e unida se baseava em um corpo de características raciais, culturais e históricas que independiam da vontade dos indivíduos ou dos agentes sociais. Nesse sentido, a língua, como projeto unificador da nação, constituiu-se como o patrimônio mais íntimo de um povo, na medida em que é representada como a expressão máxima tanto das suas manifestações folclóricas populares, quanto das manifestações do seu “*gênio*” literário e filosófico, mais restritas às camadas letradas. Para Rodrigues, ainda, que o problema lingüístico no Brasil tenha dialogado constantemente com as noções de classe e, sobretudo de raça, acarretando um confronto com a formação do País, o Brasil, segundo ele, se formou tendo como pano de fundo o contato forçado entre línguas indígenas, africanas e européias. Para esse autor, foi em meados do século XIX que surgiu uma consciência da “*alteridade lingüística brasileira*” ante Portugal. (RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e*

flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. 2002. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 2002, p. 6).

¹⁰ Para João Paulo Rodrigues Coelho de Souza, ao estudar os embates travados entre 1840 e 1870 no Brasil, sobre a “*língua nacional*”, no fim da década de 70 (1800), os brasileiros despertaram para o tema. Segundo o autor “*a mesma década que viu nascer a geração do racismo científico, do darwinismo social, do elogio irrestrito aos poderes dissecadores da ciência moderna, da difusão do realismo literário e das teorias positivistas, e do ataque à base de sustentação simbólica e política da monarquia, notou com muito menos alarde e aparente desinteresse, o surgimento de uma nova vertente em torno do problema da língua nacional*”. Naquele momento, iniciava-se uma preocupação com os rumos do português e de mobilização pela sua salvação, cujo ápice se deu no início do século XX decaindo na década de 30. Sobre esta questão veja-se (RODRIGUES, op. cit., p. 25).

¹¹ João Paulo Rodrigues Coelho de Souza afirma que a literatura das primeiras décadas do século XX teria como uma de suas principais marcas a tentativa de mostrar que a alternativa para o atraso representado pela mácula do sangue africano era a valorização da herança portuguesa como depositária da civilização latina, o que trazia uma força genética e cultural positiva, desprezada pelos áulicos, do papel degenerativo dos componentes raciais inferiores. (RODRIGUES, op. cit., p. 164). No Rio Grande do Sul, a busca por um passado em que a figura do português era requisito primordial para a afirmação da nacionalidade e patriotismo rio-

grandenses, vai se estender até o fim da década de 30.

¹² A conquista do espaço, segundo Tânia Regina De Luca, aparecia constantemente nos artigos publicados na *Revista Brasil*. Transformada na grande epopéia nacional, a geografia despontava “*redimindo não apenas o nosso passado, mas também as regiões tropicais*”, que davam sinais de poder conviver com a civilização. (DE LUCA, Tânia Regina, op. cit., p. 87).

¹³ Segundo Lúcia Lippi Oliveira, o início do período republicano foi marcado por duas grandes interpretações sobre o Brasil. Uma dessas versões avaliava positivamente o passado colonial e imperial, atribuindo aspectos positivos à colonização portuguesa. Para Lúcia Lippi Oliveira a outra vertente via a transição do Império para a República como uma ruptura necessária com o passado português atrelado ao regime monárquico. Para tal acepção a nacionalidade seria o resultado da luta contra o passado, da construção de uma nova sociedade organizada politicamente e na qual as elites brasileiras teriam lugar de destaque. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho De; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 187.

¹⁴ Para Eliane de Freitas Dutra a idéia-imagem de pátria/moral será um dos pilares sobre os quais se assentará o imaginário político em torno da década de 30. Tal imaginário se sustenta no tripé do qual fazem parte a construção de um sentimento de nacionalidade, a defesa do passado e da tradição e a preservação de valores morais. Segundo Freitas, a construção de um sentimento de nacionalidade é fruto de iniciativas governamentais desde o início de 1936, as quais são incrementadas no segundo semestre de 1937. Sobre essa questão, veja-se (DUTRA, Eliane de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997. p. 185).

¹⁵ Para Silvia Lopes Raimundo, nas primeiras décadas do século XX, através de intelectuais e políticos e uma parcela da sociedade civil, o Estado de São Paulo, com o objetivo de se definir como matriz para a identidade nacional, apresentava um trabalho historiográfico desenvolvido para legitimar uma tradição paulista. Nesse sentido, recorreram ao passado colonial, transformando o bandeirante em símbolo e representante dos nascidos em São Paulo. (RAIMUNDO, Silvia Lopes. *A invenção do mito do bandeirante: tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930*. 2001. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2001. p. 8.

Referências

- BRESCIANI, Maria Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX: fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro? In: CHIAPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DE LUCA, Tania Regina. A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- DOCCA, E. Souza. Discurso do orador oficial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1921.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.
- GOULART, Jorge Salis. A formação da mentalidade rio-grandense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1930.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepfol de. Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp; Fapesp, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Ed. da Unijujú; Fapesp, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia*. São Paulo: J. Zahar, 1982.
- OSÓRIO, Fernando. Os traços eternos do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, IV trimestre, anno VII, 1927.
- PAUWELS, Geraldo José. Contribuição para o estudo dos conceitos de “limite” e “fronteira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II trimestres, 1923.
- PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. *Embates de um intelectual modernista: papel do intelectual na correspondência de Mário de Andrade*. 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de História da USP, São Paulo, 2004.
- PORTO, Aurélio. A conquista das Missões e os cachoeirenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1921.
- PORTO, Aurélio. A real feitoria do linho cânhamo: notas para a história da agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1921.
- RAIMUNDO, Sílvia Lopes. A invenção do mito do bandeirante: tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930.

2001. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. 2002. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2002.

SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador: um*

olhar sobre Minas Gerais colônia. 2002. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2002.

TESCHAUER, C. Poranduba Riograndense ou investigações sobre as origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, II trimestre, 1921.

Artigo recebido em agosto de 2007. Aprovado em outubro de 2007.